



PROGRAMAÇÃO

Painéis Judiciais: A Gestão de Dados como Instrumento de Eficiência nas Unidades Jurisdicionais

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargador Cláudio Luís Braga dell’Orto Mandato do Diretor: 04/02/2025 a 04/02/2027		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	Até dia 02 de setembro de 2026		
DATA E HORÁRIO	De 08 de setembro a 07 de outubro 2026 Aulas síncronas: 14/09, 21/09, 28/09, das 17hs às 19hs Aula presencial: 28/09, das 11hs às 12hs		
TIPO DE ATIVIDADE	Curso de formação continuada para fins de Vitaliciamento e aperfeiçoamento	CARGA HORÁRIA	12 horas
MODALIDADE	Híbrido	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/), Plataforma Zoom e Sala Íris		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	A origem dos dados estatísticos e a transformação da atividade processual em indicadores, métricas e dimensões; as Tabelas Processuais Unificadas e a base normativa dos dados; a qualidade e a precisão dos registros e suas finalidades — metas e indicadores do CNJ, correições e inspeções, cumulação e promoção de magistrados, Prêmio CNJ de Qualidade e jurimetria; os diferentes usos da informação estatística na atividade judicial; os painéis judiciais como instrumento de gestão das unidades jurisdicionais; a estrutura de informações gerenciais do PJERJ — a SGDAI, o DEIGE e a Sala Íris; os painéis por área de atuação — administrativo, primeira instância, segunda instância, juizados especiais e turmas recursais; as Metas Nacionais do Poder Judiciário (CNJ) — definição, formas de cálculo e leitura dos resultados; o tempo até julgar e o tempo até baixar e seu reflexo no cumprimento das metas; as metas de caráter geral e as metas temáticas de priorização de julgamento; o uso das metas no acompanhamento e no planejamento da unidade; o Paineis de Gestão do Acervo e Produtividade da primeira instância e dos juizados especiais; as regras que definem o acervo e os principais critérios de entrada e saída de processos; e a leitura dos indicadores de acervo, tempos e produtividade no planejamento da unidade.		
TEMAS GERAIS			

EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas em Gestão de Processos e Jurisdição; Relacionamento Institucional e Interpessoal; Empatia e Comunicação Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas em Tecnologia, IA e Redes Sociais; Democracia 4.0
JUSTIFICATIVA	A gestão do Poder Judiciário demanda o uso qualificado de dados estatísticos para o acompanhamento do desempenho e a tomada de decisão. Nesse contexto, os painéis judiciais da desenvolvidos pela SGDAI, do TJRJ, por meio da Central de Informações Gerenciais (Sala Íris) constituem ferramenta essencial de monitoramento do acervo processual, da produtividade e do cumprimento das Metas Nacionais do CNJ. O curso aborda a origem dos dados estatísticos, as Tabelas Processuais Unificadas e a importância da qualidade dos registros processuais, que impactam diretamente os indicadores institucionais, as correções, inspeções, critérios de promoção e cumulação de magistrados e a avaliação pelo Prêmio CNJ de Qualidade. Busca-se, assim, desenvolver competências para o uso dos painéis judiciais e dos indicadores de gestão, promovendo maior eficiência, planejamento e melhoria contínua da prestação jurisdicional.
OBJETIVO GERAL	Ao final do curso o(a) magistrado(a) estará apto a utilizar a estratégica dos dados e indicadores estatísticos do Poder Judiciário, identificando a origem da informação gerencial, avaliando o impacto da qualidade dos registros na produção estatística e fazendo uso do correto uso dos painéis judiciais como instrumentos de gestão.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Ao final do Módulo 1, o(a) magistrado(a) será capaz de validar como a atividade processual diária se transforma em dados e indicadores, identificar a função das Tabelas Processuais Unificadas e a importância da qualidade dos registros e reconhecer as finalidades e os diferentes usos da informação estatística, inclusive em favor do bem-estar e da saúde de magistrados e servidores. Ao final do Módulo 2, o(a) magistrado(a) será capaz de analisar o papel dos painéis como ferramenta de gestão e a estrutura que produz a informação gerencial do tribunal, interpretar os indicadores das Metas Nacionais e seus resultados e utilizá-las no acompanhamento e no planejamento da unidade. Ao final do Módulo 3, o(a) magistrado(a) será capaz de navegar no painel de gestão da própria serventia, ler os indicadores de acervo, tempos e produtividade e utilizar essas informações no planejamento da unidade.
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	

COORDENAÇÃO	Maria Isabel Paes Gonçalves Desembargadora do TJRJ, Graduação e Especialização na área de Direito. Possui certificação Formação de Formadores.
TUTORIA	Criscia Curty de Freitas Lopes Juíza de Direito do TJRJ, titular do Juizado Especial Cível da Comarca de Maricá. Mestrado em Direito e Tecnologia.
DOCENTES	George Gonzaga de Lima Silva Diretor do Departamento de Informações Gerenciais (DEIGE). Pós-graduação em Ciência de Dados e Analytics. Caio Henrique Barreto dos Santos Diretor de Divisão de Coleta e Tratamento de Dados de 1ª Instância. Pós-graduação em Ciência de Dados. David Robert de Oliveira Diretor de Divisão de Estatística de 2ª Instância e Turmas Recursais. MBA Advanced Analytics & Business Optimization. Rodrigo de Oliveira Rocha Secretário-Geral da Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI). Pós-graduação em Investimentos e Private Banking; Curso em Gestão Ágil para Product Owner.

METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO	O curso “Painéis Judiciais: A Gestão de Dados como Instrumento de Eficiência nas Unidades Jurisdicionais” será realizado no período de 08 de setembro a 07 de outubro de 2026, com ambientação nos dias 08 e 09/09. Está estruturado em três módulos temáticos, com encontros síncronos realizados das 17h às 19h, compostos por exposição dialogada com slides objetivos e interação com os painéis estatísticos por meio de links direcionados, integrados à análise de dados reais do Poder Judiciário. Após cada encontro síncrono, haverá 1h destinada ao fórum de discussão, sem atividade avaliativa intermediária. Módulo 1 – Origem, Qualidade e Uso dos Dados: da Atividade Processual aos Indicadores – abordagem da transformação da atividade processual em informação estatística, da importância da qualidade dos registros e dos impactos na produção de indicadores e na gestão judiciária, com utilização dos painéis estatísticos como ferramenta ativa de aprendizagem. Módulo 2 – Painéis Judiciais, a Sala Íris e as Metas Nacionais do CNJ – abordagem do uso dos painéis como instrumento de gestão, da estrutura da Sala Íris e do acompanhamento das Metas Nacionais do CNJ, com análise orientada por dados e indicadores institucionais. Módulo 3 – Paineis de Gestão do Acervo e Produtividade (1ª Instância e Juizados Especiais) – abordagem da leitura e interpretação dos indicadores de acervo, tempos e produtividade, com aplicação prática dos painéis na análise da realidade das unidades jurisdicionais. Será realizada aula presencial, com visita técnica à Sala Íris com 1 hora de duração. A metodologia busca promover aprendizagem progressiva, aplicada e interativa, com foco na utilização prática de dados e indicadores para apoio à gestão judiciária e à tomada de decisão. Indique os materiais que serão utilizados nas atividades propostas: Fórum de discussão com perguntas catalizadoras de debates Ferramentas ativas: Encontro síncrono Painéis Estatísticos
PROGRAMAÇÃO	
AMBIENTAÇÃO Período de: 08/09 e 09/09	Fórum de Apresentação Tutor(a) e Alunos(as) e Vídeo de Apresentação do Curso.

Módulo 1 Período de: 10 a 16/09 Carga horária: 03 horas	ORIGEM, QUALIDADE E USO DOS DADOS: DA ATIVIDADE PROCESSUAL AOS INDICADORES Encontro síncrono (2h) Dia e horário: 14/09, das 17hs às 19hs Tema: Origem, Qualidade e uso dos dados: Da atividade processual aos indicadores. Conteúdo programático: A SGDAI e a base normativa dos dados estatísticos: os sistemas de estatística do Poder Judiciário, as Tabelas Processuais Unificadas (classes, assuntos, movimentos e documentos), o DataJud e o CODEX. Como a atividade processual diária se transforma em estatística: da matéria-prima — os registros lançados nos processos — aos indicadores, às métricas e às dimensões, e a distinção entre os painéis gerenciais e os sistemas de origem (DCP, PJe, Eproc, Ejud e SEEU). A qualidade e a precisão dos registros e seu impacto nos resultados, com exemplos práticos (autos conclusos há mais de 30 dias; tempo médio da distribuição à apreciação das medidas protetivas de urgência) e a base normativa local (Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 05/2023). As finalidades de manter a qualidade das estatísticas: metas e indicadores do CNJ, correições e inspeções, cumulação e promoção de magistrados, Prêmio CNJ de Qualidade e estudos de jurimetria. E os diferentes usos da informação estatística na atividade judicial, para além do acompanhamento da produtividade: o apoio à organização do trabalho. Docente: Rodrigo de Oliveira Rocha. Mediação: Dra. Criscia Curty de Freitas Lopes Metodologia da aula: Exposição dialogada com slides objetivos e interação com os painéis estatísticos por meio de links direcionados, integrados à análise de dados reais do Poder Judiciário. Apresentação dos usos da informação estatística na gestão judiciária. A qualidade e a precisão dos registros e seu impacto nos resultados, com exemplos práticos com exposição dialogada com slides objetivos e interação com os painéis estatísticos por meio de links direcionados Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão (1 hora). A avaliação ocorrerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação de estudante na aula síncrona e nos debates no fórum de discussão formativa.
---	--

Módulo 2 Período de: 17 a 23/09 Carga horária: 3h	PAINÉIS JUDICIAIS, A SALA ÍRIS E AS METAS NACIONAIS DO CNJ Encontro síncrono (2h) Dia e horário: 21/09, das 17h às 19h Tema: Painéis Judiciais, a Sala Íris e as Metas nacionais do CNJ Conteúdo programático: Os painéis judiciais como apoio à gestão das unidades e a estrutura de informações gerenciais do tribunal: a SGDAI, o DEIGE e a Sala Íris. Visão geral dos painéis por área de atuação — administrativo, primeira instância, segunda instância, juizados especiais e turmas recursais — e a relação entre os indicadores apresentados e as decisões de gestão da unidade. As Metas Nacionais do Poder Judiciário (CNJ): o que são e por que existem — a relação com a razoável duração do processo, a definição anual no Encontro Nacional do Poder Judiciário e a relação das metas com o Prêmio CNJ de Qualidade. A forma de cálculo do cumprimento das metas, a leitura do glossário e dos critérios de apuração e o reflexo do tempo até julgar e do tempo até baixar em todas as metas. As metas de caráter geral — a Meta 1 (julgar mais processos do que os distribuídos), a Meta 2 (julgar os processos mais antigos), a Meta 3 (estímulo à conciliação) e a Meta 5 (reduzir os processos pendentes em relação à capacidade de baixá-los) — e as metas temáticas, que seguem a lógica de priorizar o julgamento dos processos de uma determinada matéria: corrupção e improbidade administrativa (Meta 4), meio ambiente (Meta 6), povos indígenas, comunidades quilombolas e racismo (Meta 7), violência de gênero (Meta 8) e direitos da criança e do adolescente (Meta 10). Os cuidados na apuração — a contagem apenas do primeiro julgamento, o arquivamento sem julgamento e a regra dos processos de conhecimento — e o uso dos painéis para acompanhar os processos que integram cada meta. Docentes: George Gonzaga de Lima e David Robert de Oliveira. Mediação: Dra. Criscia Curty de Freitas Lopes Metodologia da aula: Exposição dialogada com slides objetivos e interação com os painéis estatísticos por meio de links direcionados, integrados à análise de dados reais do Poder Judiciário. Apresentação dos painéis judiciais como instrumento de apoio à gestão das unidades. Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão (1 hora). A avaliação ocorrerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação de estudante na aula síncrona e nos debates no fórum de discussão formativa.
---	--

Módulo 3 Período de: 24 a 30/09 Carga horária: 4h	PAINEL DE GESTÃO DO ACERVO E PRODUTIVIDADE (1ª INSTÂNCIA E JUIZADOS ESPECIAIS) Aula presencial: Visita técnica à Sala Íris (1h) Dia e horário: 28/09 - 11hs às 12hs Tema: Pannel de gestão do acervo e produtividade (1ª instância e Juizados) Conteúdo programático: Apresenta as informações consolidadas pelos painéis judiciais sobre a unidade, incluindo comparação de produtividade, análise do acervo (tempos de paralisação, tramitação e conclusão) e indicadores de produção e arquivamento. Explica as regras de negócio do acervo, com definição de entradas (distribuição e redistribuição) e saídas (julgamento, baixa, arquivamento e remessa), além do tratamento de processos suspensos e sobrestados. Aborda a integração dos sistemas DCP, PJe e Eproc, a identificação de gargalos e o uso dos filtros e funcionalidades dos painéis para análise e extração de dados. Docentes: Rodrigo de Oliveira Rocha e George Gonzaga de Lima. Encontro síncrono (2h) Dia e horário: 28/09 - 17hs às 19hs Tema: Pannel de gestão do acervo e produtividade (1ª instância e Juizados) Conteúdo programático: As informações que o painel reúne sobre a unidade — entre elas a comparação da produtividade com unidades de matérias semelhantes, a situação do acervo (tempos de paralisação, de tramitação e de conclusão) e a produtividade (atos do magistrado e evolução dos arquivamentos). As regras de negócio que definem o acervo e os principais critérios de entrada e saída de processos: a distribuição e a redistribuição como entradas; o julgamento, a baixa, o arquivamento e a remessa como saídas; e o tratamento dos processos suspensos e sobrestados. A integração das bases DCP, PJe e Eproc e o que ela representa para a leitura dos números. A identificação de gargalos — autos paralisados e processos conclusos há mais tempo — e a navegação no painel: filtros por período, comarca e serventia, detalhamento das informações e exportação de dados. Docente: Caio Henrique Barreto dos Santos. Mediação: Dra. Criscia Curty de Freitas Lopes Metodologia da aula: exposição dialogada com slides objetivos e interação com os painéis estatísticos por meio de links direcionados, integrados à análise de dados reais do Poder Judiciário Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão (1 hora). A avaliação ocorrerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação de estudante na aula síncrona e nos debates no fórum de discussão formativa.
Indicações bibliográficas	BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 46, de 18 de dezembro de 2007. Cria as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e dá outras providências. DJ, Brasília, DF, n. 245, p. 19, 21 dez. 2007.

	BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 76, de 12 de maio de 2009. Dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos, determina penalidades e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 109, p. 102-103, 10 jun. 2009. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Metas Nacionais do Poder Judiciário 2026: Glossário e Esclarecimentos. Brasília: CNJ, mar. 2026. Versão 3. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO; CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA. Ato Normativo Conjunto n. 05/2023. DJERJ, Rio de Janeiro, n. 169, p. 2, 24 maio. 2023.
Módulo de Avaliação final Período de: 01 a 07 de outubro Carga horária: 2h	Registro Reflexivo sobre as competências desenvolvidas a partir dos conteúdos abordados pelo curso Avaliação das Aulas Avaliação de Reação
AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)	Aulas síncronas – 20 pontos cada (60 pontos) Aula presencial – 10 pontos Fórum de discussão – 10 pontos (30 pontos)
CERTIFICAÇÃO	Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

- METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
- AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os(as) alunos(as) receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas

(conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos(as) alunos(as) e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos(as) alunos(as) de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.

4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS(AS) ALUNOS(AS):** Os(as) alunos(as) deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discutentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AValiação.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser realizada no portal de magistrados durante o período de inscrições ou comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjri.jus.br.